

Hospitais decidem paralisação parcial

Estabelecimentos que mantêm convênio com o Sistema Único de Saúde resolvem, em assembléia, realizar triagem dos casos a partir da próxima semana

Os diretores dos hospitais que mantêm convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS) resolveram começar a fazer triagem dos casos, a partir de segunda-feira, nos estabelecimentos da rede. Essa decisão foi tomada em assembléia, realizada ontem, como forma de contornar a falta de repasse de recursos do governo federal para a rede que opera nesse sistema. Os hospitais também estão estudando as medidas judiciais cabíveis em relação ao calote do governo. Segundo o presidente do Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo (Sindhosp) e secretário geral da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fenaess), deputado Chafic Farhat, as mudanças no atendimento não configuram um locaute. "Se pararmos, será por total inadimplência", explicou Farhat.

O governo deve CR\$ 180 bilhões aos estabelecimentos de saúde de todo o País, relativos aos atendimentos prestados em dezembro. Hoje, segundo o Sindhosp, os hospitais devem estar recebendo o pa-

gamento relativo às internações efetuadas nesse mês.

Os diretores aguardam ainda o parecer favorável do presidente Itamar Franco à reedição da Medida Provisória 422, que, em sua primeira versão, excluiu a saúde como área prioritária do orçamento da União para este ano. "A decisão de paralisar o atendimento ao

SUS depende, em parte, da inclusão da saúde como prioridade", afirmou Farhat. Mesmo assim, isso só resolveria a questão legal do problema. Sem a aprovação do Fundo Social de Emergência pelo Congresso, o

Ministério da Fazenda não tem verbas para repassar para a saúde.

No entanto, para garantir um atendimento de qualidade à população, a resolução dessas duas questões ainda não seria suficiente. O orçamento da União para a saúde prevê gastos, para 1994, de US\$ 8,1 bilhões. Isso equivale a uma despesa per capita anual de US\$ 60, um número muito aquém do estipulado pela Organização Mundial de Saúde (mínimo de US\$ 150 ao ano).

DIRETORES
AGUARDAM
DECISÃO DE
ITAMAR



Chafic Farhat: "Se pararmos, será por total inadimplência"

Masao Goto Filho/AE—7/6/93